

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO SISALEIRO DA BAHIA: PERMANÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Agripino Souza Coelho Neto*

Jamille da Silva Lima**

RESUMO — *Este artigo objetiva realizar uma leitura do processo de formação do Espaço Sisaleiro da Bahia, valendo-se das categorias dialógicas: permanências e emergências. A introdução do cultivo da agave sisalana, sua expansão geográfica e o crescimento de sua importância econômica como atividade produtiva, foram elementos fundamentais no processo de conformação do Espaço Sisaleiro, produzindo uma organização social e econômica específica, baseada na pequena e média propriedade rural e predominantemente no trabalho familiar. O texto focaliza inicialmente o papel da produção do sisal na conformação do Espaço Sisaleiro da Bahia. Em seguida, destaca e detalha as permanências, entendidas como a manutenção nas condições estruturais que formam a base de uma dada sociedade. Na seção seguinte, apresenta as emergências que se manifestam na eclosão e formação de redes de organizações sociais que se densificam no Espaço Sisaleiro, especificamente, os sindicatos camponeses, as associações comunitárias rurais e as cooperativas agrícolas, exercendo um papel de tensionamento das permanências e de reconfiguração socioespacial.*

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Sisaleiro da Bahia. Permanências. Emergências.

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a realizar uma leitura do espaço sisaleiro, acionando as categorias dialógicas permanências e emergências. Estamos entendendo por permanências a manutenção (ou mudanças poucos significativas) nas condições estruturais que formam a base de uma dada sociedade. As permanências não indicam o congelamento absoluto de fenômenos do passado,

* Doutor em Geografia pela UFF. Professor de Geografia Humana da UNEB/Campus XI. E-Mail: ascneto@bol.com.br.

** Mestre em Geografia pela UFBA. Professora de Geografia Regional da UNEB/Campus IV. E-Mail: jamillegeo@hotmail.com.

mas, a coexistência de elementos/componentes do passado que podem ser reconfigurados e ressignificados no presente. Não concebemos permanências e emergências numa perspectiva de sucessão, mas de coexistência, ou seja, a persistência (ou recorrência) de características, fenômenos, agentes do passado que experimentam diferentes graus de transformação, convivendo (e coexistindo) com novos fenômenos, novos agentes e novas formas. Empiricamente, as permanências podem ser constatadas através das adversidades físico-naturais (envolvendo a problemática das secas nordestinas e seus desdobramentos socio-políticos), das condições socioeconômicas (a ruralidade como traço da vida regional, a bi-poralização da estrutura fundiária, o processo produtivo tecnologicamente arcaico e socialmente injusto e os indicadores socioeconômicos desfavoráveis) e das práticas políticas conservadoras (coronelismo, clientelismo, patrimonialismo), configurando um conjunto de características que insistem em continuar marcando a realidade do semiárido baiano. As emergências, por outro lado, se manifestam na eclosão e formação de redes de organizações sociais que se densificam no espaço sisaleiro, especificamente, os sindicatos camponeses, as associações comunitárias rurais e as cooperativas agrícolas, que exercem um papel de tensionamento das permanências e de reconfiguração socioespacial.

O CULTIVO DO SISAL E A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO SISALEIRO

Segundo Marques (2002), o cultivo de sisal assume um caráter mais estrito de atividade econômica no Brasil, apenas no final dos anos 1930 (por volta de 1937, na Paraíba e de 1938-40, na Bahia). No caso baiano, ocorreu um processo de indução governamental neste período, baseado numa política de premiações e na implantação de núcleos de cultivo: foi estabelecida uma premiação para plantadores que cumprissem as recomendações técnicas do governo (em 1938), e foram implantadas lavouras experimentais para distribuição de mudas nas cidades de Feira de Santana (1939) e Alagoinhas (1940)

(PINTO, 1969). Durante a década de 1940, foram instalados um núcleo colonial em Nova Soure (governo estadual) e outro em Queimadas (governo federal) (SEAGRI, 1991). A iniciativa de natureza privada, de instalação da primeira usina de beneficiamento e comercialização de sisal no semiárido baiano, na cidade de Valente (em 1940), indica uma evidência no sentido do aprofundamento do cultivo do sisal como atividade produtiva.

Em terras baianas, a lavoura do sisal foi priorizada e alcançou maior efetividade no semiárido. A despeito da manifestação espacial do semiárido recobrir grande extensão do estado, o cultivo do sisal, desde a década de 1940, apresentou uma ocorrência espacial bem demarcada e com longa durabilidade, tornando-se mais expressivo no nordeste da Bahia. No entanto, o cultivo de sisal adquiriu maior expressividade em alguns municípios das microrregiões de Serrinha, Euclides da Cunha, Jacobina e Senhor do Bonfim, passando a ocupar um papel de centralidade na dinâmica econômica e social, caracterizando-se pelos seguintes aspectos: (i) forte expansão espacial, com posição substancial na ocupação produtiva do solo; (ii) a cadeia produtiva do sisal como atividade principal na economia municipal; (iii) durabilidade da lavoura sisaleira, apesar das crises que afetaram esta atividade.

A introdução do cultivo da agave sisalana, sua expansão geográfica e o crescimento de sua importância econômica como atividade produtiva, foram elementos fundamentais no processo de conformação do espaço sisaleiro. Essa é uma interpretação compartilhada por alguns estudiosos, que se detiveram na compreensão da formação e da dinâmica do espaço sisaleiro da Bahia. Hubschman (2002) afirma que o sisal produziu uma revolução social nos campos sertanejos, alterando a antiga ordem pastoril e criando uma sociedade de pequenos agricultores à margem dos criatórios extensivos de gado em grandes propriedades. Entendimento análogo é defendido por Silva (2002), considerando que ocorreu o desenvolvimento de um sistema tradicional em torno do sisal, baseado na pequena e média propriedade e na formação de uma cadeia social específica, marcando profundamente a organização do espaço rural.

Embora possa ser questionada a noção de prosperidade e

o grau do impulso econômico e social, dois aspectos destacados pela autora contribuem para compreensão da conformação do espaço sisaleiro da Bahia: (i) a importância que o sisal passa a desempenhar, produzindo diversas transformações, e (ii) a configuração de contornos espaciais que permitem demarcar uma região sisaleira.

As transformações mais difundidas podem ser sintetizadas do seguinte modo: (i) ativação da economia dos municípios sisaleiros com a estimativa de “[...] ocupação de cerca de 700 mil pessoas direta e indiretamente (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 27-28) e uma “[...] participação significativa [da produção de sisal] na formação da renda regional (CAR, 1994, p. 13); (ii) desenvolvimento de aglomerações e “[...] criação de novos municípios que têm a fibra do sisal como uma fonte de renda. É o caso de Araci, criado em 1956, de Valente e Cansanção em 1958 e Retirolândia em 1962” (PINTO, 1969, p. 18); (iii) engendrou um processo de minifundização, com o “esfacelamento de grandes propriedades e dos estabelecimentos já existentes” (PINTO, 1969, p. 39), coexistindo com a pecuária extensiva na grande propriedade; (iv) a atividade sisaleira permitiu a constituição de um elo organizacional em torno do qual foram mobilizadas e criadas diversas organizações sociais (COELHO NETO, 2010).

A conjunção desses elementos permitiu a formulação de algumas propostas de regionalização para o espaço sisaleiro da Bahia. Pinto (1969), num denso estudo realizado no final dos anos 1960, analisando o movimento de expansão do sisal no período de 1947 até 1965 (levantando dados de produção, área ocupada e número de plantas por município) esboça a configuração de uma região sisaleira da Bahia. A conjunção desses elementos permitiu a formulação de algumas propostas de regionalização para o espaço sisaleiro da Bahia, a exemplo das regionalizações elaboradas por Pinto (1969) e CAR (1994).

PERMANÊNCIAS DO ESPAÇO SISALEIRO DA BAHIA

Empiricamente, as permanências podem ser constatadas através das condicionantes naturais e das características socioeconômicas configurando um conjunto de características que

insistem em continuar marcando a realidade do semiárido baiano.

O espaço sisaleiro, localizado no semiárido da Bahia, apresenta um conjunto de traços fisionômicos que reúne os elementos da mais conhecida e expressiva caracterização do sertão nordestino brasileiro. Os municípios que o integram possuem um clima tropical semiárido, com temperaturas médias de 28°C e médias pluviométricas anuais oscilando entre 476,5 mm a 855,8 mm (ANDRADE, 1993). Todavia, o aspecto mais contundente se manifesta na irregularidade de chuvas e nos longos períodos de estiagens, originando o cíclico fenômeno das secas. Segundo Moreira (2002), os baixos índices pluviométricos, distribuídos irregularmente, aliados às elevadas temperaturas, favorecem a evapo-transpiração e provocam uma deficiência hídrica, respondendo pela cobertura vegetal primária, a caatinga - formação na qual é marcante a presença de vegetais xerófilos - e pelos solos areno-argilosos permeáveis, relativamente férteis. As condições climáticas respondem também pelo regime hidrológico, marcado pela presença de rios predominantemente intermitentes com escoamento temporário (PINTO, 1969). A unidade de relevo predominante é o pediplano sertanejo, com vasta superfície aplainada e formações residuais (inselbergs), com altitudes médias variando entre 300 a 500 metros (MOREIRA, 2002).

A captura dos elementos da natureza do semiárido e o sentido que lhes foi conferido por diferentes agentes sociais, repercutiu na construção de uma poderosa, persistente e generalizante imagem do Nordeste brasileiro, produzida, alimentada, reforçada e repetida por obras literárias, trabalhos acadêmicos, discursos políticos e estudos técnicos das agências governamentais, sendo, também, reproduzida nas impressões cotidianas da população, resultando naquilo que Castro (1997) chamou de produção de um imaginário social da natureza semiárida, com forte conteúdo político e geográfico, que se erigiu em torno do fenômeno das secas.

A força da (auto)imagem se mostra tão vigorosa que, mesmo representantes de organizações sociais de importante peso político indicam a seca como o principal problema do Território do Sisal e acabam repetindo uma comparação dualista entre Norte/Nordeste X Sul/Sudeste:

Um dos problemas que o território enfrenta hoje é a estiagem, um dos maiores problemas é esse.¹

Nosso principal problema, que não é só do Território do Sisal, e da região semiárida, é a escassez de chuvas [...] porque nós temos uma terra [...] que se chover dá tudo, se nós tivéssemos uma chuva periodicamente assim normal como o sul tem, nós éramos uma região rica².

A seca continua comparecendo como notícia nos principais veículos de comunicação do país, informando a recorrência das práticas emergenciais assistencialistas (distribuição de alimentos e de água com caminhões pipas) e flagrando, também, a deficiência de infraestrutura e o descaso com as obras públicas. Desse modo, as permanências não se manifestam apenas no plano da dinâmica da natureza, mas, podem ser verificadas na persistência da imagem da seca como representação do sertão nordestino, na recorrência de políticas governamentais assistencialistas e nas deficientes condições de infraestrutura hidráulica e de gestão dos recursos hídricos.

As características sociais e econômicas equivalem às permanências de determinadas propriedades estruturais que, embora não sejam imutáveis, mantenham determinada durabilidade em seus elementos essenciais, marcando a organização espacial do Território do Sisal. Em termos de empiria, destacaremos (i) a ruralidade como traço da vida regional, (ii) bi-polarização da estrutura fundiária, (iii) o processo produtivo tecnologicamente arcaico e socialmente desigual e injusto, e (iv) os indicadores sócio econômicos desfavoráveis (a exemplo do IDH, IDS, IDE, Indigência e Analfabetismo).

A despeito dos expressivos indicadores de urbanização da população brasileira (84,35%) e nordestina (73,1%) no final desta

¹ Entrevista concedida ao autor, em 17.03.2012, pelo Presidente da FATRES (Fundação de Apoio aos Trabalhadores Familiares da Região do Sisal e Semi-árido da Bahia).

² Entrevista concedida ao autor, em 16.03.2012, pelo Presidente da ARCO-SERTÃO (Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia).

primeira década do século XX, os municípios que compõem o Território do Sisal ainda apresentam um significativo contingente populacional vivendo no campo (57,21%), destoando da realidade populacional do estado da Bahia, cujos dados apontam uma predominância da população urbana (72,1%) sobre a rural (27,9%) (IBGE, 2010). Os elementos que indicam os traços marcadamente rurais do Território do Sisal não se restringem aos indicadores quantitativos da população domiciliada por lugar de residência, mas indicam a agropecuária como base da economia regional, respondendo por numerosa geração de emprego e participando com parcela da formação da renda dos municípios.

Um traço muito próprio da estrutura fundiária no Território do Sisal, denominada por Santos (2002, p. 11) de “[...] bi-polarização, ou seja, de um lado o grande minifúndio e de outro o processo de minifundização implantado, seja por venda ou por herança [...]”. Consiste na segunda permanência que queremos focalizar. Os dados apresentados por Silva (2008, p. 74), a respeito do Censo Demográfico de 1996, exemplificam a bipolaridade da estrutura fundiária do Território do Sisal, pois, 93% do número de estabelecimentos rurais possuíam menos de 50 ha e ocupavam 36,29% da área total; em contraposição ao número de estabelecimentos com mais de 100 hectares que representavam apenas 3,31%, mas detinham 51,54% da área total apropriada.

A organização socioeconômica erigida pela cadeia produtiva do sisal tem reproduzido sua feição tecnológica arcaica e socialmente injusta e desigual, manifestando-se na concentração de renda engendrada pela superexploração do trabalho e pela sujeição da renda da terra ao capital, e na submissão dos trabalhadores às precárias condições de trabalho e de vida. A pesquisa de Alves, Santiago e Lima (2005) reforça a atualidade do problema da desigualdade de renda, apresentando uma composição do valor apropriado por cada segmento da cadeia: o dono da batadeira/exportador fica com a maior parcela da renda, 40,6 %; o dono do motor fica com 25,2%; o dono do campo de sisal com 23,8%; e os trabalhadores ocupados com o desfibramento ficam com 10,4%. Esses dados lançam luz sobre o processo de concentração da renda e da superexploração do

trabalho, pois assinalam as

(...) perversas relações de produção no setor, as quais produzem uma concentração de renda na ponta mais forte da cadeia produtiva e obrigam parte dos agricultores a utilizarem o trabalho feminino e infantil no processo de produção (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 28).

Vale ressaltar que os trabalhadores diaristas, que atuam no desfibramento do sisal e percebem 10,4% sobre um rendimento total baixo, são vítimas de uma superexploração, uma vez que sua renda equivale a aproximadamente R\$ 187,50³, considerando como parâmetro um campo de sisal com 10 hectares (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005). Esse raciocínio (de que os rendimentos são baixos) pode ser aplicado igualmente para os numerosos donos de campo de sisal, mormente aqueles que possuem minifúndios (com áreas inferiores a 10 hectares), configurando-se naquilo que Martins (1986 [1981]) chamou de “sujeição da renda da terra ao capital”.

Os indicadores socioeconômicos demonstram as condições bastante desfavoráveis do Território do Sisal, como no caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH geral) - composto pelos indicadores de renda (IDH-Renda), expectativa de vida (IDH-Longevidade) e escolaridade (IDH-Educação). Os índices de escolarização são alarmantes, pois, na maioria esmagadora dos municípios, mais de 30 % da população com mais de 15 anos é analfabeta, chegando, em alguns casos, a ultrapassar 44%. Os dados da estimativa de famílias pobres para o ano de 2004, apurado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, equivalem às famílias que vivem com renda abaixo de ½ salário mínimo. Eles indicam os fortes sinais da pobreza e permitem até reviver as imagens de pobreza historicamente imputadas ao semiárido nordestino, como no clássico texto de Euclides da Cunha, des-

³ Para parâmetro, o salário mínimo no período equivalia a R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

crevendo a paisagem do sertão baiano nos primeiros anos do século XX: “Despontam vivendas pobres; algumas desertas pela retirada dos vaqueiros que a seca espavoriu; em ruínas, outras; agravando todas, no aspecto paupérrimo, o traço melancólico das paisagens...” (CUNHA, 2002 [1902], p. 43). Nos dias de hoje elas são usadas para justificar os novos mecanismos de políticas assistencialistas do Governo Federal, como é o caso do Programa Bolsa Família.

EMERGÊNCIAS DAS REDES DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As emergências, por outro lado, se manifestam na eclosão e formação de redes de organizações sociais que se densificam no espaço sisaleiro, especificamente, os sindicatos camponeses, as associações produtivas e as cooperativas.

Verifica-se determinada unanimidade nos estudos que se dedicaram à compreensão deste recorte espacial, em localizar as origens desse processo no âmbito das mudanças mais gerais que se desenrolam no seio do trabalho pastoral da Igreja Católica⁴. Com o advento do chamado catolicismo renovado que se configurou nos marcos da Teologia da Libertação, intensifica-se um redirecionamento no trabalho das pastorais rurais, incorporando uma dimensão fortemente política à perspectiva de evangelização, refletindo-se no plano local com a colocação em pauta da discussão dos problemas concretos enfrentados pelo pequeno agricultor em seu cotidiano.

Embora o processo de organização das comunidades rurais seja atribuído ao trabalho pioneiro e seminal das pastorais rurais, diversas lideranças das organizações sociais destacam o papel fundamental desempenhado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), conforme entendimento expresso no depoimento abaixo:

⁴ As pesquisas de Silva, et. al. (1993) e Nascimento (2000) sustentam o argumento.

O MOC já existia e foi um pai, vamos dizer assim, que sempre nos apontou os caminhos por onde a APAEB, o Sindicato e outros movimentos de organização popular sempre foi (sic), o MOC foi um injetor de reforço nessa área, passando técnicas pra auxiliar temporariamente e depois, na maneira que foi crescendo, a gente foi criando a possibilidade de ter nossos técnicos próprios, com a ajuda do MOC e de outra organização, a igreja, que permaneceu por um bom tempo (depoimento de agricultor, ex-presidente da APAEB-Valente, apud NASCIMENTO, 2000, p. 54).

Nascimento (2000, p. 47) atribui ao MOC um papel decisivo na passagem de um processo de “convivialidade simples (coesão primitiva e participação limitada) para formas organizacionais mais complexas (coesão social e participação ampliada)”. O autor sugere que a primeira fase se deve às CEBs e a segunda ao MOC. Desse modo, a atuação da entidade é considerada como um elemento de inflexão no movimento de transformação social impresso nesse recorte regional nas últimas quatro décadas.

Em uma acepção mais geral, o fenômeno organizacional que ganha expressividade no Território do Sisal é o associacionismo. Segundo Cesareo (1986), trata-se de um fenômeno da modernidade que emerge com os processos de industrialização e urbanização, mas, especialmente com a instauração dos regimes democráticos, em substituição às estruturas tradicionais de mediação indivíduo-sociedade (a Igreja e a família patriarcal, por exemplo) que desempenhavam funções de atendimento das necessidades de segurança pessoal, de autoexpressão, de ação coletiva e de controle da realidade circundante.

O fenômeno organizativo que se processa no Território do Sisal vem sendo gestado desde a década de 1960, e suas raízes se contextualizam nos trabalhos das pastorais rurais da Igreja Católica, impulsionando a reflexão e o questionamento das condições objetivas de vida no campo e estimulando a intervenção social, cuja repercussão se reflete num movimento mobilizatório e organizativo dos camponeses na direção do associativismo comunitário e sindicalização, ainda que bastante incipientes nas décadas de 1960/70. A comunidade rural (no

sentido empregado por Frei Betto) e, portanto, o âmbito local, constitui-se no “[...] espaço privilegiado onde inúmeras formas de organização de base foram experimentadas, propiciando, inclusive, o surgimento de organizações não-governamentais” (NASCIMENTO, 2002, p. 42).

As experiências das organizações originárias ou predominantemente formadas por agricultores, as associações de produtores, os sindicatos de trabalhadores rurais e as cooperativas de crédito ou de produção (da chamada agricultura familiar) são formas organizacionais primárias, das quais se derivam outras modalidades mais complexas formando redes. Em síntese, observa-se no Território do Sisal, uma progressiva criação de formas organizacionais, operando cada vez mais articuladas e potencializando seus efeitos em distintas direções. Trata-se do que estamos denominando no âmbito deste trabalho de emergências e se caracterizam pelos fenômenos do sindicalismo, do associativismo e do cooperativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações territoriais, políticas, institucionais e organizacionais que se processaram nesse recorte espacial não é produto de agentes isolados, mas, de um profundo entrecruzamento das histórias dos coletivos sociais organizados através de processos complexos e densos que se reforçam, se alimentam e se imbricam. É possível encontrar um fio condutor e de agregação que permite identificar as convergências das lutas e as reciprocidades que conferem uma direção comum ao movimento em sua origem: a luta contra os mecanismos de exploração do trabalho e apropriação da renda da terra dos camponeses, efetivada pelos grandes proprietários e comerciantes que se confundem com as lideranças políticas, mas também, uma busca por alternativas endógenas de sobrevivência, conforme reforça as análises de Santos (2002; 2007). A identificação de convergências de ação não ignora a existência de dissonâncias, conflitos, divergência de ideias, escolhas, caminhos e projetos no seio do movimento popular que se organiza no Território do

Sisal, refletindo a complexidade das relações de poder que se manifestam também no seio do movimento organizativo.

O processo de mobilização e constituição de organizações sociais que começa a ser gestado em meados da década de 1960 e que ganha enorme impulso nas últimas três décadas, nos informa uma diversidade de formatos organizacionais, equivalendo a variados modos de manifestação de associacionismo. Os sindicatos, as associações e as cooperativas constituem-se em formas primárias mais expressivas e numerosas. Todavia, a partir da complexificação da operação dessas entidades, novos tipos de associacionismo vão aparecendo e criando uma densidade organizacional, cujos modos de operação sugerem a formação de complexas e variadas redes.

THE FORMATION OF THE SISAL SPACE FROM BAHIA: PERMANENCE AND EMERGENCIES

ABSTRACT — *This article aims to perform a reading of Bahia sisal space formation process, taking advantage of the dialogical categories: permanence and emergencies. The introduction of sisal agave cultivation, its geographic expansion and growth of its economic importance as a productive activity, were key elements in the formation process of the sisal space, producing a specific social and economic organization, based on small and medium rural property and predominantly on family labor. The text initially focuses on the role of sisal production in the formation of Bahia sisal space. Then it highlights and details the permanence, herein understood as the maintenance of the structural conditions that form the basis of a given society. The following section presents the emergencies that arise in the eclosion and formation of networks of social organizations which densify in the sisal space, specifically, farmers unions, rural community associations and agricultural cooperatives, playing a role of tensioning the permanence and of reconfiguring the socialspace.*

KEYS WORD: *Bahia sisal space. Permanence. Emergencies.*

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; SANTIAGO, E. G.; LIMA, A. R. M. Diagnóstico socioeco-

nômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro. Fortaleza: BNB, 2005 (Série Documentos do ETENE, n. 04).

ANDRADE, B. P. de. Sisal et societe rurale dans le Nordeste du Bresil: Le cas de Valente et de Santa Luz (Bahia). 1993. 282 f. These (Doctorat de Geographie) - Université de Toulouse, Le Mirail, Toulouse-França, 1993.

CASTRO, I. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CESAREO, V. Associacionismo Voluntário. In: BOBBIO, N. et. al. G. Dicionário de Política. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1986, p. 64-66.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). (Geo) grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 305-368.

CAR/COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL/BA. Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira. Salvador: CAR, 1994.

CUNHA, E. Os Sertões: Campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2002 (1902).

HUBSCHMAN, J. Olhar sobre o sisal: as pesquisas sobre o meio, a paisagem e a sociedade no sertão sisaleiro da Bahia. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 19-24.

MARQUES, N. Histórico sobre a cultura do sisal. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 15-18.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOREIRA, M. A. da N. Dinâmica de ocupação do solo no sertão sisaleiro da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de Valente e Santa Luz. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 25-29.

NASCIMENTO, H. M. Capital social e desenvolvimento sustentável no

sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos produtores de Valente. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2000.

PINTO, M. N. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 31 (3), p. 3-102, jul./set. 1969.

SANTOS, E. M. C. Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: Relações com o Desenvolvimento. Aracaju: UFS, 2007. (Tese de Doutorado).

SANTOS, E. M. C. Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2002.

SEAGRI/SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/BA. O sisal na Bahia. Salvador: CER, 1991.

SILVA, M. A. Impacto das atividades econômicas no sertão sisaleiro. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 81-88.

SILVA, S. L. A gestão social no Território do Sisal: uma análise do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES-SISAL. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2008.